

## Uma outra Marina

Categories : [Reportagens](#)

Marina Silva, que andava muito quieta, falou duro na cerimônia de [lançamento dos mapas temáticos da Amazônia Legal no IBGE](#), no centro do Rio, nesta quinta-feira. Com expressão séria e tom de voz bem menos suave que o habitual, a ministra do Meio Ambiente disse que está na hora de se pensar em termos éticos o que nós queremos em relação ao imenso patrimônio nacional que representa a Amazônia, um bem de todo o planeta. E afirmou que é necessário pensar a sua preservação, porque ela deve fazer parte da equação sobre o desenvolvimento social e econômico do país. Mas não ficou só nisso.

A ministra, sem dizer se se tratava de um recado a pares seus em Brasília, disse que político com “p” maiúsculo não pensa em apenas garantir sua popularidade eleitoral. Contou também que não se sentiu mal em ver sua área atacada por gente do governo, presidente Lula à frente, porque isso deixou à mostra as óbvias tensões que existem entre meio ambiente e desenvolvimentistas logo no início do segundo mandato. A discussão, segundo ela, forçou a sociedade a tomar uma posição e mandar um recado aos dirigentes do país de que eles estão no seu comando para trazer prosperidade, mas também para proteger o que lhe sobra de natureza.

Marina aproveitou a presença de coordenadores e diretores do IBGE para agradecer o apoio que recebeu de instituições públicas de pesquisa durante os seus quatro anos no Ministério do Meio Ambiente. “Em momentos difíceis da aprovação do Projeto de Lei da Mata Atlântica, o IBGE veio ao nosso socorro, com provas para os deputados que diziam que não existiam dados que comprovassem o que estávamos defendendo”. Deixou claro que as informações técnicas têm sido o seu melhor alibi para enfrentar as frituras e armadilhas políticas as quais é submetida e lembrou que a participação do INPE na medição do desmatamento da Amazônia ajudou a dar transparência aos números oficiais.

Aos ser perguntada especificamente sobre o PAC, disse que o plano é um conjunto de obras propostas por diferentes governos e que acontece em um momento onde o país está mais preparado para conter seus impactos ambientais. “A realidade agora é bem diferente”, afirmou. E lembrou que antes o Brasil não tinha a lei de Gestão de Florestas Públicas, a quantidade de unidades de conservação na Amazônia que existe hoje, o acompanhamento em tempo real do desmatamento da floresta, um programa de ordenamento fundiário da região, entre outras medidas. “O que será feito terá que obedecer à legislação ambiental, que não sofreu mudanças”.